



2009-06-29

Campanha pró-formalidade vai ser lançada hoje no país

Começa hoje em nível nacional a campanha de apoio ao projeto Legalize sua Doméstica e Pague Menos INSS, encabeçada pelo Instituto Doméstica Legal, uma organização não-governamental voltada para aumentar a formalidade no emprego doméstico e, por consequência, erradicar os trabalhos infantil e escravo neste mesmo setor. O objetivo da campanha é conseguir o maior número de adesões aos Projetos de Lei que visam beneficiar tanto o patrão quanto o empregado e mudar a realidade da profissão de doméstica no país.

"O grande problema do emprego doméstico no Brasil é que, mesmo com sindicatos de domésticas, não existe o sindicato do empregador, então não há diálogo para chegar a uma convenção coletiva. Se por um lado a profissional do lar sofre com a exclusão - é pobre, sem estudo - o próprio empregador é desrespeitado pelas autoridades porque nunca foi visto como gerador de trabalho e renda. A campanha quer mudar essa realidade trazendo benefícios para empregador e empregado, governo, Justiça do Trabalho e toda a sociedade", ressaltou Mario Avelino, presidente do portal Doméstica Legal e coordenador da campanha.

Segundo ele, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há 1,8 milhão de domésticas no país que ganham até meio salário mínimo por mês e 30 mil que trabalham sem salário, apenas por alimentação, moradia e vestuário.

Histórico - A criação de um Projeto de Lei que legalizasse a profissão de doméstica começou em maio de 2005 como um abaixo assinado que, depois de 18 mil assinaturas, estimulou a criação da Lei nº 11.324 (julho/2006). Mas pelo fato de só beneficiar o empregador doméstico que tem renda alta - pois usa na declaração anual de Imposto de Renda o modelo completo e não beneficiar o empregador doméstico que, por ter uma renda menor prefere usar o modelo simplificado - e principalmente por não ter atingido seu maior objetivo que foi diminuir a informalidade no emprego doméstico, a campanha foi retomada pedindo a aprovação dos projetos de lei do ex-senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA), da senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) e do senador César Borges (PR/BA) que tramitam no Senado Federal. As mudanças beneficiarão empregadores e empregados em todas as faixas salariais.

"Se deixarmos pelo andamento do Congresso os trâmites caminharão a "passos de tartaruga". Estamos falando de inclusão social e trabalhista. Queremos pressionar os políticos para que façam algo pela sociedade, por aqueles a quem devem servir pois são os legítimos representantes do povo", ressaltou Avelino. "Se o pacote for aprovado ainda este ano, cerca de 3 milhões de domésticas terão a sua carteira assinada".

Alterações - Para o empregador mudanças como a redução da alíquota do INSS de 12% para 6% serão fundamentais para estimular a formalidade. "Hoje os tributos e obrigações pesam muito para quem emprega uma doméstica e por isso há muita gente optando por contratar uma diarista e se isentar das obrigações trabalhistas", ressaltou a empresária Joanice Norberto dos Santos.

A funcionária pública estadual Laide Costa Marques observou que cumprir com todas as determinações do Ministério do Trabalho é necessário para evitar problemas posteriores. "Os encargos pesam mas para quem, como eu, que trabalha fora, tem filhos e precisa de alguma ajuda, ficar sozinha é complicado". Segundo ela, os direitos são adquiridos mas as condições precisam ser diferentes para que o empregador se veja estimulado a legalizar a situação do seu empregado. "Tem que olhar o lado do empregador. Nosso salário não tem acompanhado o reajuste do salário mínimo. Além disso o funcionário se alimenta na sua casa, usa a sua água, energia, no final quando isso é colocado no papel, é um custo a mais com o empregado. É preciso olhar para os dois lados porque um precisa do outro".

Ter a Carteira de Trabalho assinada, receber férias, 13º salário e ter a aposentadoria garantida são imprescindíveis para Rosana de Fátima Souza, 36, que trabalha na casa de Laide há cinco anos. "Já trabalhei como diarista, sem carteira assinada, e é ruim porque a gente fica sem garantias quando sai do emprego. Mesmo os descontos no salário eu não vejo como desvantagem já que esse dinheiro acaba voltando para a gente na aposentadoria".

A campanha - Para participar da votação de apoio aos projetos de lei da campanha Legalize sua Doméstica e Pague Menos INSS basta entrar no site da ong Instituto Doméstica Legal (www.domesticalegal.org.br/vote), imprimir o formulário de votação e dar o seu voto colocando nome, um documento de identificação e a assinatura. O formulário de votação deverá ser enviado para a sede do instituto que fica na Rua da Candelária, nº 9, Grupo 607, Centro, Rio de Janeiro (RJ). O CEP é

20091-020. Poderá ser dado ainda um voto eletrônico pela internet. Estes votos serão entregues aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados Federais e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O cidadão deve saber que o voto dele é a grande arma que tem, uma simples assinatura pode mudar uma realidade", frisou Mario Avelino. Empresas, sindicatos e associações também podem participar. A mobilização inclui ainda a participação como voluntário com direito a certificado.

Autor: Maria Angélica de Moraes

Copyright © 2001 - Gazeta Digital - Todos os direitos reservados
Sugestões de Pauta para o Jornal : red.jornal@gazetadigital.com.br
Críticas, Dúvidas ou Sugestões para o Site :
internauta@gazetadigital.com.br